

O sujeito intendente e o discurso sobre a morte: uma análise da Santa Maria (RS) de 1896

(The intendant subject and the discourse about death:
an analysis on the Santa Maria (RS) of 1896)

Fernanda Kieling Pedrazzi¹

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

fernanda.pedrazzi@gmail.com

Abstract: The paper analyzes the certificates of the Tome 13 of the Intendant Municipal Fund under the heading *Deaths* which are preserved in the Municipal Historical Archive of Santa Maria. The documents are signed by men who lived in the year of 1896, including the Municipal Intendant. From the observation of discourse, and in order to interpret what the intendant subject says about death and how he says it, from the place he occupies in local society, it is asked whether the highest figure of local authority can be said to be a “spokesperson” of the juridical power in that community.

Keywords: Archive; certify death; discourse; intendant; subject.

Resumo: O trabalho analisa os atestados do Tomo 13 do Fundo Intendência Municipal denominado *Óbitos* preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Os documentos são assinados por homens que viveram no ano de 1896, inclusive o Intendente Municipal. Pergunta-se se a figura máxima de autoridade local pode ser dita como “porta-voz” do jurídico naquela comunidade a partir da observação de seu discurso, interpretando o que o sujeito intendente diz sobre a morte e como o diz do lugar que ocupa na sociedade local.

Palavras-chave: arquivo; atestado de óbito; discurso; intendente; sujeito.

Introdução

Este trabalho considera como arquivo, na concepção de Pêcheux (2010), parte do *corpus* da tese denominada “Atestar o óbito, discursivizar a morte”, construída a partir da materialidade formada por 86 documentos que compõem o livro *Óbitos* do Fundo Intendência (1892-1929), chamado arquivisticamente na Instituição de Tomo 13. O foco da pesquisa, no entanto, está na análise do sujeito que se constitui de modo diferente dentre tantos que atestam a morte. Para isso foi selecionada a figura máxima de autoridade local à época, denominado Intendente.

Do conjunto de documentos que forma o *corpus* da tese, apenas cinco são de autoria do intendente Francisco de Abreu Vale Machado, e foram preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, junto com os demais 81 documentos do Tomo 13, por representarem parte das funções da instituição Intendência, que equivaleria à Prefeitura Municipal dos dias de hoje.

Dados o estudo e a compreensão do conteúdo dos documentos, considera-se que os atestados de óbito reunidos no Tomo em questão eram usados pela administração para que houvesse o controle de sepultamentos gratuitos no cemitério vinculado à Intendência Municipal. Dessa forma, era possível comprovar os gastos realizados pela execução dos sepultamentos e justificar essas despesas no balanço anual da Intendência.

A solicitação, que se configura de acordo com a tipologia denominada “atestado de óbito”, era assinada por cidadãos com as mais diversas características, que viviam em meios diversos (rural e urbano) e de profissões diferenciadas (médicos, militares, intendentes, entre outros). Na parte superior do documento, na maioria dos casos, há um despacho da Intendência, havendo, inclusive, e também na maioria dos casos, a assinatura do intendente autorizando o sepultamento sem despesas para o solicitante. Isso se dá com as formulações “Sepulte-se grátis” e “Sepulte-se”, indicando de que forma era feito o sepultamento daqueles de quem se relatava a morte.

Persegue-se, neste trabalho, a compreensão do sujeito Intendente, que era o sujeito empírico Vale Machado, e que se apresenta como uma voz de autoridade no despacho dos documentos e nas “solicitações” de sepultamento que ele próprio redigia.

Pensa-se, como hipótese, que o Intendente somente redigia documentos quando lhe chegava alguém analfabeto, e por isso impossibilitado de escrever, com a informação de morte e a solicitação de sepultura grátis, devido às poucas ou nenhuma posses do falecido. Isso deveria acontecer especialmente nos casos em que a morte ocorrera sem ter havido o acompanhamento médico ou o testemunho de um terceiro.

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e os documentos analisados

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, localizado no bairro Nossa Senhora de Fátima, mais especificamente na Rua Appel, junto ao complexo da Secretaria de Município da Cultura (formado ainda pela Biblioteca Municipal Henrique Bastide), foi criado em 22 de dezembro de 1958, com a publicação da Lei nº 784.

De acordo com a Lei Municipal nº 3568, de 16 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, em seu artigo 2º, “ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria compete I – a proteção do patrimônio documental histórico” como também “VI – a descrição e divulgação de seu acervo, através de instrumentos próprios”. Deve-se a isso, portanto, a guarda da documentação, que se faz materialidade no presente trabalho.

Segundo informações de sua página na internet (CALIL, 2008), a Instituição “constitui-se num importante lugar de memória acerca da história local e regional” que conta não apenas com documentos, mas também com objetos relacionados à história local, regional e nacional.

Dentre os documentos que guarda em seu acervo, alguns se referem aos poderes públicos Legislativo (Fundo câmara municipal, de 1868 a 1889); Executivo (Fundo Junta Intendencial, 1889 a 1892; Fundo Intendência, 1892 a 1929; e Fundo Prefeitura Municipal, de 1929 a 1975); e ainda Judiciário (reunindo processos crime de 1910 a 1946).

O foco do presente trabalho está, entretanto, em documentos do Executivo, do Fundo Intendência Municipal, fase que se estendeu de 1892 até 1929. Fechando ainda mais o foco, ele trata, mais especificamente, da tipologia documental “Atestado de óbito”, encontrada no Tomo 13 de 1896, já descrito e digitalizado por projetos realizados com o apoio do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 2011; OLIVEIRA, 2012).

Segundo a Diretora do Arquivo Histórico,¹ existem apenas mais três livros com essa tipologia na Instituição (no Fundo Câmara Municipal, na caixa 1, referente ao período de 1838 a 1893, e no Fundo Prefeitura Municipal, nas caixas 82, referente ao período de 1936 a 1938, e 103, referente ao período de 1939 a 1945), porém se realizou trabalho arquivístico prévio, o porquê da escolha pelo Tomo 13 do Fundo Intendência para compor tal análise.

A Intendência municipal em Santa Maria e seu primeiro Intendente

Após a monarquia, instaurou-se no Brasil o período político que se conhece na história como República Velha. Ela abrange os anos que vão da Proclamação da República, em 1889, por Deodoro da Fonseca, até ao período conhecido como Estado Novo, que teve como principal personagem Getúlio Vargas.

É justamente com a Proclamação da República, considerado, por Neves (2008, p. 26) como “um dos acontecimentos mais significativos de nossa história”, e a partir da República Velha, que é mudada a formatação administrativa brasileira. São criados os Estados em substituição às Províncias, e nesse cenário político-administrativo surgem as Intendências (primeiramente como Junta Intendencial, ou seja, um grupo de cidadãos republicanos, e posteriormente como Intendência em si, pela qual respondia um Intendente) juntamente com uma expectativa das cidades em relação à sociedade urbana.

A noção corrente de modernidade no Brasil de finais do século XIX e início do XX, dizia respeito ao Progresso material, técnico e urbano. Para a maioria da população, a modernidade se traduzia em modificações que iam desde mudanças arquitetônicas de prédios, alargamento de ruas, construção de praças, até a higienização dos espaços públicos. (KARSBURG, 2007, p. 25)

Santa Maria é uma cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul que surge a partir de um acampamento militar datado de 1797, chamando-se nesse período de Acampamento de Santa Maria da Boca do Monte. No ano de 1819 Santa Maria era o 4º Distrito do Município de Cachoeira (SCHIRMER et al., 2005, p. 34).

Primeiramente contava apenas com uma Câmara Municipal. Após a Proclamação da República, e até 1892, instaura-se uma Junta Intendencial, formada por três cidadãos nomeados pelo governo estadual, em 21 de dezembro de 1889,² (KARSBURG, 2007, p. 124) e, em seguida, vem a instituir-se o que se conhece como a Intendência Municipal (que assim fica denominada até o ano de 1929). Ambas representavam o Poder Executivo local, o que corresponderia à Prefeitura Municipal de nossos dias.

É nesse segundo período (a partir de 1892) que surge a figura do Intendente. O primeiro deles na Santa Maria da Boca do Monte foi Francisco de Abreu Vale Machado, até então delegado de polícia, destacadamente republicano, maçom,³ que ficou por longo

1 DANIELÉ CALIL. *Livro de Registro de Óbitos*. Mensagem pessoal recebida por fernanda.pedrazzi@gmail.com, em 6 set. 2012.

2 Vale Machado, Henrique Druck e Pantaleão José Pinto.

3 Ligado à Loja Maçônica Boca do Monte que, em 1894, trocou o nome para Paz e Trabalho (KARSBURG, 2007, p. 176).

período no poder em Santa Maria (dois mandatos, totalizando cerca de oito anos), sendo substituído apenas em 1900 por Henrique Pedro Scherer⁴ (KARSBURG, 2007).

Rechia (1999, p. 81) classifica Vale Machado como chefe do executivo de “administração brilhante”, tendo sido realizada em seu governo a inauguração da luz elétrica, o calçamento das primeiras ruas e as primeiras atividades de um estabelecimento que se transformou em hospital e de uma escola secundária. Segundo a autora (1999, p. 82), ele faleceu na cidade em que foi intendente no ano de 1911, e, “somente em 1953, recebeu o reconhecimento de Santa Maria, quando foi construído um modesto jazigo em sua memória” (RECHIA, 1999, p. 82).

Descrição e transcrição dos documentos

Dos cidadãos que assinam os atestados de óbito, nove eram médicos (sendo um deles Médico Capitão e um “farmaceutico”, segundo cruzamento dos dados com os registros de cartório), sendo que eles assinam, ao todo, 55 documentos. Também assinam documentos encadernados nesse livro o próprio Intendente Municipal, Francisco de Abreu Vale Machado; um delegado de polícia, que coloca a sua assinatura em dois documentos (um em conjunto com um médico); dois cidadãos assinam sozinhos cada um o seu documento; e 21 documentos são assinados por uma coletividade de escreventes e testemunhas que variam de duas até cinco pessoas.

Neste artigo estão transcritos os cinco documentos manuscritos assinados pelo Intendente Municipal de Santa Maria, Francisco de Abreu Vale Machado, no ano de 1896 (documentos nove, 50, 52, 57 e 68). É importante ressaltar que para chegar à transcrição foram levados em conta conhecimentos das áreas de Paleografia e Diplomática, áreas afins à Arquivologia e permitiram reconhecer as letras usadas nos manuscritos bem como abreviaturas e palavras utilizadas.

Nas situações em que não foi possível reconhecer a letra do escrevente, no espaço é inserido um ponto de interrogação para demonstrar a dúvida encontrada. A pontuação, acentuação e o uso de maiúsculas e minúsculas foram respeitados conforme o uso da língua pelo Intendente. A separação silábica e a grafia também foram apresentadas tal como estão nos originais (Figura 1). As linhas em branco entre o texto propriamente dito e a assinatura também foram salientadas.

⁴ Juiz Distrital, Capitão, do Partido Conservador, converteu-se a republicano pouco antes da proclamação da república.

9

Descumprido do Conselho de Supremacia gra-
tis, ao Cadáver de um velho estrangeiro, pessoa
simplesmente desconhecida, que tendo adoe-
cido em casa de um Colono em terras de Sampa-
Guia, fôra conduzido a esta Intendência, em
de fallaces beje pelas 5 bocas da municipal.
Santa Maria 19 de Nov' 1896

O Intendente
Municipal

**Figura 1. Documento manuscrito de número 9, pertencente ao Tomo 13 do Fundo Inten-
dência Municipal, e assinado pelo Intendente Municipal**

Na sequencia é apresentada a transcrição dos cinco documentos assinados por Vale Machado, o Intendente à época, que têm, em média, 10 linhas cada um. Posterior à transcrição é realizada a análise do sujeito Intendente que se manifesta enquanto sujeito do discurso. De modo a enriquecer a análise, toma-se como a alteridade de discurso, o diferente, a partir do discurso médico em atestados do mesmo conjunto, de modo a marcar o sujeito da elocução a partir do lugar de onde diz.

Ao trabalhar o discurso político, Pêcheux defende que é necessário considerar a posição do sujeito, “já que essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as ‘idéias’ entram em luta na história” (PÊCHEUX, 1990, p. 245). Também aqui se toma essa ideia de posição baseada em outro texto de Pêcheux, “A forma-sujeito do discurso”, em que ele afirma que não há um sentido determinado para uma palavra, mas que ele é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (2009, p. 147). Pelas palavras de Pêcheux entende-se que a ideologia influencia o uso das palavras que se profere ou escreve. Ele fecha esse trecho de seu texto dizendo que “elas [as palavras, expressões...] adquirem seu sentido em referência a essas posições [aquelas sustentadas por quem as emprega] em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais estas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Nos documentos apresentados a seguir não há o despacho do Intendente porque é ele quem produz tais documentos.

Documento 9

- 1 O encarregado do cemiterio dê sepultura gra-
- 2 tis ao cadaver de um velho estrangeiro (?)
- 3 complectamente desconhecido , que tendo adoe
- 4 cido em casa de um colono em terras de Gaspar
- 5 Ferreira, fôra conduzido a esta Intendência, on
- 6 de falleceo hoje pelas 5 horas da manhã.
- 7 Santa Maria 19 de 10^{bro} 1896
- 8
- 9
- 10 O Intendente
- 11 (Assinatura de Vale Machado)

Documento 50

- 1 Sepulte-se gratis a innocente Maria
- 2 de sette annos de idade, filha do
- 3 soldado Geraldo Fran.^{co} da Rosa, pra
- 4 ça do 3º Batalhão de Infantaria falle
- 5 cida hoje as 4 horas da manhã sem
- 6 assistência medica.
- 7 S^{ta} Maria 23 de Março 1896
- 8

9 O Intendente
10 (Assinatura de Vale Machado)

Documento 52

1 Dê-se sepultura gratis à preta Maria Luiza
2 idade superior a 90 annos, fallecida
3 de velhice, sem assistencia medica, hon
4 tem pelas 7 horas da tarde.
5 S^{ta} Maria 15 de Março 1896

6

7 O Intendente
8 (Assinatura de Vale Machado)

Documento 57

1 O encarregado do cemiterio dê sepultura
2 rasas ao cadaver de Quintino Martins de
3 Siqueira, côr branca, solteiro, idade presu
4 mir de 23 annos, natural d' este Estado, ten
5 do succumbido a um choque de trem da
6 Estrada do (?) .
7 S^{ta} Maria 11 de Março 1896

8

9 O Intendente
10 (Assinatura de Vale Machado)

Documento 68

1 Intendencia Municipal – S^{ta} Maria
2 10 de Maio de 1896
3
4 O encarregado do cemiterio dê sepultu
5 ra gratis ao Cadaver de Pedro Vicente
6 Rodrigues, indiatico, maior de 60 annos
7 cujo individuo falleceo hontem as duas
8 horas da tarde sem assistência medi
9 ca sendo communicado dito obito a
10 esta Intendência pelo Cidadão Jose
11 Farias de Lima
12 O Intendente
13 (Assinatura de Vale Machado)

Para Orlandi, o texto é a “peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do ‘sítio significante’ com a exterioridade” (2007, p. 15). Ainda de acordo com Orlandi (2007, p. 70), nesse caso o texto produz um “evento interpretativo” que confronta “a história do dizer do autor e a história de leituras do leitor” (ORLANDI, 2007, p. 75). Esse confronto pode ocorrer com alguma distância temporal, como é o evento que origina a interpretação que se deseja neste trabalho. Neste caso o analista, que é quem se propõe a ler o dito pelo outro, pelo autor, no caso em estudo, deve compreender sua posição, trabalhando “as fronteiras das formações discursivas” criticamente (ORLANDI, 2007, p. 85).

Toma-se aqui a noção de formação discursiva a partir Pêcheux (2009) que nos apresenta como o que “determina o que pode e deve ser dito” em uma conjuntura. Para Orlandi (2012, p. 55) a formação discursiva é a “projeção da ideologia no dizer”.

A análise dos documentos

Com relação ao espaço tempo, deve-se ressaltar que os cinco documentos são redigidos em Santa Maria, cidade localizada no centro de estado do Rio Grande do Sul, nos meses de dezembro, março e maio de 1896. Eles estão presos a um conjunto de 86 documentos, e não estão em ordem cronológica nesta encadernação, como é possível observar dado o número sequencial adotado.

Nota-se que de modo geral a apresentação do documento é mantida, sendo redigido em folha com pauta, com caneta tinteiro, sendo que ao término de todos os documentos o signatário identifica-se como “O Intendente”, colocando sua assinatura (apenas o sobrenome que, se não fosse acompanhado da designação “O intendente”, poderia ser confundido com um de seus filhos⁵). A apresentação difere no último documento da sequência de cinco, havendo um cabeçalho “Intendencia Municipal – S^{ta} Maria 10 de Maio de 1896”. Nos demais documentos a data é posta entre o texto, propriamente dito, e a assinatura.

A grafia se parece nos quatro últimos documentos (50, 52, 57 e 68), e se diferencia em maior medida no documento de número nove.

Quanto ao destinatário, este é explícito nos documentos de número nove, 57 e 68, sendo identificado apenas como “O encarregado do cemitério”. Não há nome para esse encarregado. Talvez haja variação do encarregado, ou apenas ele não seja alguém conhecido do Intendente, devido à função que ocupa. Nos demais documentos o sujeito a quem se destina o documento é indeterminado, sendo referido isso com “Dê-se sepultura” ou “Sepulte-se”.

Por outro lado, as formas como iniciam os documentos indicam ordem ou autorização do Intendente ao recebedor do documento, seja ele o encarregado do cemitério ou outra pessoa qualquer. Essa, por si só, é uma marca de diferença em relação a outros documentos do mesmo conjunto que somente se limitam a relatar a morte e os dados do morto. De modo comparativo, é possível observar, em documentos do conjunto assinados pelo médico Astrogildo Cesar de Azevedo, em número de 11, o uso formulações pré-concebidas para atestar a morte. As informações apresentadas e sequência delas são

⁵ Em 1896 os filhos gêmeos de Vale Machado, Ignácio Monteiro do Vale Machado e João Monteiro do Vale Machado tinham 35 anos e se envolviam em questões políticas na cidade, de acordo com o texto de Karsburg (2007).

semelhantes para a maioria dos atestados que produz. A fórmula utilizada é: primeiramente ele faz uma afirmação de atestar (o ato que gera o documento); faz referência ao tempo (“hontem” ou “hoje”); faz referência à hora do acontecimento (inteira, “1 hora”, ou quebrada, como, por exemplo, “5 ½ horas”) acompanhado de complemento que define o período do dia (“madrugada”, “manhã”, “tarde”, “noite”); usa um verbo que designa o ocorrido (“falleceu” ou “morreu”); traz o nome do sujeito de que se relata a morte (completo, ou só primeiro nome); informa a cor (“branco”, “pardo”, “preta”); e a idade (certa ou “presumencia”); indica a paternidade, quando menor de idade, constando o nome do pai ou da mãe ou o estado civil (“casada”, “solteira”) quando maior de idade; ele ainda indica a naturalidade (em um dos casos o falecido era de outro estado, do Paraná, e em outro, era estrangeiro, austríaco, e nos demais eram do Rio Grande do Sul, ao qual ele indica como “d’este Estado”); dá a data (topológica e cronológica); e a assina sempre da mesma forma: Dr. Astrogildo Cesar de Azevedo, sendo que todas as partes de seu nome (prenome, nome do meio e sobrenome) ficam emendadas. Esta forma de apresentação do documento como um todo marca o sujeito e o lugar a partir da onde enuncia.

No caso do intendente, o falecido é tratado como “cadaver” em três documentos: o de número nove, em que o morto, pelas palavras de Vale Machado, é um “velho estrangeiro”, sem nome; o de número 57, em que o morto é Quintino Martins de Siqueira, que tem idade “presumida” de 23 anos; e no documento 68, cujo morto é um “indiatico” de nome Pedro Vicente Rodrigues. No caso de mulheres, não há a designação “cadaver”, e sim “innocente” para a criança de sete anos de nome Maria; e “preta” para a mulher de 90 anos de nome Maria Luisa. A primeira tem sobrenome revelado pelo nome do pai, Geraldo Fran.^{co} – “Francisco”, de acordo com Flexor (2008, p. 192) – da Rosa, designado pelo Intendente como “soldado”, “praça”. A segunda morreu de “velhice” e tem apenas o nome próprio composto.

Não há uma fórmula única na composição dos textos dos documentos e alguns apresentam mais informações do que outros. O que é fato é que a autoridade de ser o Intendente lhe permite dispensar algumas formas padronizadas comuns ao documento cuja tipologia é o atestado de óbito, principalmente, quando o escrevente é acompanhado de testemunhas (assinando duas ou mais pessoas) tais como “attestamos nos abaixo assignados” (doc. 72), “attestamos e juramos se preciso for” (doc. 7), “attestamos e juramos se nesseçario” (doc. 27). O próprio médico Astrogildo, já citado, tem “voz” de autoridade, enquanto médico, porém não dispensa tal fórmula que marca a tipologia atestado.

O sujeito se diferencia também de outras formas de seus contemporâneos pelo fato de ele ser o próprio intendente, sendo desnecessário um trâmite intermediário para adquirir a autorização para a sepultura gratuita. Esta demonstração indica que quem “escreve” autoriza, e por isso é diferente dos demais. De acordo com a pesquisa de Karsburg, Vale Machado foi “um dos mais destacados personagens do partido [Republicano] em Santa Maria na época em que os republicanos assumiram o poder, em 1889” (2007, p. 179).

Como exemplo comparativo, foi extraído um trecho de um atestado (documento 40) de um dos médicos que assinam documentos nesse mesmo conjunto, e novamente o Dr. Astrogildo de Azevedo. A sequência discursiva faz referência ao dizer do médico, na Formação Discursiva em que ele se encontra como sujeito atravessado pela ideologia da representação do que é ser médico e o que se espera que seja o registro de um médico. Sobre o falecimento de um estrangeiro, como ele próprio denomina, é realizado o seguinte

registro: “Pelo attento exame exterior do referido cadaver nenhum vestigio encontrei de violencia alguma exterior” (linhas 7 a 10 do Documento 40). Há um deslocamento na palavra “encontrei” deixando-se a marca de haver uma “busca” por evidências, o que seria próprio do fazer médico, nunca de um intendente. O “poder dizer” de um médico, tal como vestígios de violência, não é o mesmo “poder dizer” de um intendente.

Sobre a referência que é feita ao tipo de serviço operado pela Intendência a partir dos dizeres de Vale Machado, em quatro dos cinco documentos há explicitamente a indicação de que o mesmo é “grátis”. Em um dos documentos (o de número 57), no entanto, o modo de referir ao serviço difere, uma vez que o sujeito intendente escreve “dê sepultura rasa”, indicando que o “cadáver” tem, também, um espaço simbólico de pobreza, sendo que a qualificação da sepultura faz referência a uma ordem social na ordem do discurso. O sujeito intendente mostra, pelo determinativo, ser o representante do dizer do aparelho de Estado tocando na diferença entre os sujeitos que viviam naquela Santa Maria, mostrando que havia, na sociedade daquela época (1896), naquele lugar, uma distensão social.

Conclusão

Ao olhar para o sujeito intendente, que redigiu atestados de óbito no ano de 1896 em Santa Maria, foi possível ter a compreensão da noção de quem era esse sujeito que, como ser empírico, foi Vale Machado, mas, enquanto Intendente, apresentou-se como a voz do homem envolvido na política com um poder local, com características próprias da época em que havia um coronelismo presente nas relações.

Sua voz de autoridade, tanto nos documentos que assinou quanto nos despachos que dava aos demais documentos de mesma tipologia, mostra como ele se significava pela língua, tendo a oportunidade de poder e dever dizer no discurso ideológico que lhe era permitido devido à posição sujeito que detinha. Diferente do médico, por exemplo, que também possuía uma autoridade, porém com formulações que correspondiam não a uma voz do jurídico, e sim enquanto autoridade médica para averiguar as condições de morte. Conclui-se, portanto, que o dizer do intendente significa diferente por falar de seu lugar, com o consentimento do aparelho de Estado que representa, mostrando não apenas as condições de produção da época como as distensões sociais vigentes no final de século XIX.

O olhar do analista do discurso, conforme Orlandi (2007, p. 50) é “um gesto de interpretação”, auxiliando a “compreender fatos da ordem do discurso” (ORLANDI, 2007, p. 51) levando em conta o discurso como “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2007, p. 42), neste caso abrangendo um tempo de mais de 110 anos entre o intendente e o analista, pelos caminhos de entremeio da AD, resignificando esse discurso sobre a morte.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Projetos de extensão do Arquivo com a UFSM. *Arquivo histórico municipal de Santa Maria*, 16 maio 2011. Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/2011/05/projeto-de-extensao-do-arquivo-com-ufsm.html>>. Acesso em: 15 out. 2012.

CALIL, Daniéle Xavier. Sobre. *Arquivo histórico municipal de Santa Maria*, 2008. Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/p/sobre.html>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria 1884-1897)*. 2007. 267 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2007-03-20T055545Z-421/Publico/388367.pdf> Acesso em: 17 out. 2012.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do Século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. *O Brasil Republicano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1. p. 13-44.

OLIVEIRA, Diego. Projeto FIEX/UFSM/2011 – Digitalização do Fundo Intendência Municipal do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria: subsídio para a pesquisa social. *Arquivo histórico municipal de Santa Maria*, 13 jun. 2012. Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/2012/06/projeto-fiexufsm2011-digitalizacao-do.html>>. Acesso em: 15 out. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5.ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault a Spinoza. Tradução de Maria do Rosário Gregolin. 1990. [do original: PÊCHEUX, Michel. Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. *L’Inquiétude du discours*. Paris: Cendres, 1977. p. 245-260.] Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/133495780> Remontemos-de-Foucault-a-Spinoza-Pecheux#scribd > Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp: 2009.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

RECHIA, Aristilda. *Santa Maria: panorama histórico-cultural*. Santa Maria: Associação Santa-mariense de Letras, 1999.

SANTA MARIA. RS. Lei nº 3568 de 16 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/1992/3568.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2013.

SCHIRMER, Eneida Izabel et al. *Registros de batismo (1814-1822): contribuição à história social de Santa Maria*. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

VIVAR, Jorge Eduardo Enríquez; SILVA, Rosani Beatriz da; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos (Org.). *Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1999.